

**A diferença somos nós:
A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais**

Stoer, Stephen R., & Magalhães, António M. (2005). *A diferença somos nós: A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

O livro *A Diferença Somos Nós* (2005) é um trabalho sociológico educacional, uma das últimas obras da figura académica educacional (portuguesa) que foi Stephen Stoer, realizada em parceria com António Magalhães. Fazer a sua recensão significa muito mais do que reflectir sobre as ideias organizadas no conjunto de textos que a compõem. Significa também uma reflexão sobre a obra do mestre, professor, colega, amigo... cruzada com recordações, experiências, estímulos académicos... em momentos, como aulas; seminários por si organizados; conferências, reuniões e debates que estimulava, projectos conjuntos, momentos festivos...

O título da obra em questão, *A diferença somos nós*, espelha o que foram algumas das suas mais recentes preocupações e «reclamações» teóricas e académicas – as *políticas educativas e sociais*, as políticas da *diferença* e da *mudança social*, sob um ângulo que toma em consideração as possibilidades de acção política dos sujeitos, no contexto dos múltiplos e fortes condicionalismos que afectam muitos grupos sociais. Este trabalho sugere um modo radical de pensar a *diferença*, os *Outros* e a exclusão e *inclusão social*, desta vez através do abandono do privilégio epistemológico e sociológico da modernidade racional ocidental. Desafia-nos a pensar a «educação para todos» de um modo não universalista neutro e/ou essencialista, em direcção à consideração dos processos, pluralismo, heterogeneidade, «reclamação», investindo a nossa própria *alteridade* num modelo de racionalidade

mais *relacional*. Assim sendo, define-se e escrutina-se a *diferença* de um modo «conflitual», em toda a sua «incomensurabilidade», sob um princípio que abandona os «privilegios cognitivos e políticos» dominantes, na perspectiva de um «nós» que incorpora a tensão e o conflito dos e com os outros «nós» presentes nos «Outros». Por isso, como defendem os autores, o argumento central que percorre o livro é o de que «O Outro crescentemente vem *reclamando* inclusão como... alteridade» e, como tal, a ela deve ser indexada uma política da heterogeneidade social, que contempla as necessidades, a par da atribuição de reflexividade e actividade aos diversos sujeitos, como política contemporânea de contraponto de políticas menos fragmentadas, em tempos de globalização.

Assim, os textos, que foram compilados e adaptados, lutam com questões estruturantes, num conjunto bem guiado, organizado em três partes. A primeira parte que inclui três textos, estabelece uma natureza contextualizadora, face à «recomposição do campo», sob a égide do mercado global, do «capitalismo informático» e da «sociedade em rede». O objectivo é compreender não só os *novos* processos de elaboração das políticas sociais e educativas, como também sobre o que chamam a emergência de «um novo actor» social – a «nova classe média nova». O argumento da possibilidade de reconfiguração de actores é explicado como produto não só da determinação económica mas também das mudanças culturais (p. 41), o que é também acompa-

nhado de efeitos na reconfiguração de «um novo mandato tripartido» para o sistema educativo (desenvolvimento pessoal, formação de cidadãos e preparação para o trabalho), retomando o pensamento de Roger Dale.

A segunda parte, também com três textos, busca compreender os impactos da globalização, avançando no sentido da explicitação e assunção do olhar centrado na *diferença*, como «estratégia de *incomensurabilidade*» (desafiando o conceito de Richard Rorty), com crítica ao relativismo e etnocentrismo, num duplo registo do conhecimento da *diversidade* no *jogo relacional* e da comunicação, sem um centro privilegiado determinante dos outros, pano de fundo na compreensão dos processos de *inclusão/exclusão social*, ambas faces do mesmo conceito. É feita uma exploração e aplicação a cinco *lugares* estruturais – corpo, cidadania, trabalho, identidade, território –, ao mesmo tempo que se busca *novas cidadanias* dos sujeitos, dando corpo ao conceito de «a diferença somos nós», centrado em mecanismos cognitivos e ideológicos (éticos, estéticos, epistemológicos, políticos) para pensar de modo novo uma política dos *sujeitos sociais* e da *diferença*, desligada da perspectiva do relativismo...

A terceira parte é preenchida sobretudo com o capítulo de «A Europa como Bazar» em que se revêem metáforas sobre a construção da Europa, várias delas configuradas por autores/as como Mary Kaldor ou Manuel Castells, e uma quarta, a do Bazar, que Stoer e Magalhães vão fundear em Clifford Geertz, no sentido de incidirem sobre as novas concepções societárias e de sociabilidades em que justiça redistributiva e justiça ligada ao reconhecimento «constituem uma geometria variável» (p. 160), dependendo, como sublinham, das rela-

ções de poder e dos conflitos entre diferenças – e assim necessariamente frágil, dependendo os seus contornos da negociação, e dos consensos possíveis dentro dos dissensos que se vão percorrendo.

O livro é assim uma contribuição inovadora, poderosa, estruturada, estruturante e desafiadora, resultante de percursos produtivos que os dois autores foram trilhando em anos recentes, e que puderam configurar nesta obra, polemizando em torno de conceitos e propostas teóricas da cidadania, das justicas redistributiva e de reconhecimento, das diferenças, da mudança do estado-nação e da sua potencial reconfiguração, capaz de se confrontar com um sentido de pertença que o caracterizava, de um cosmopolitismo universalista dos novos tempos, com uma teia de relações, construída em boa parte com actores hegemónicos, por isso um espaço não neutro, mas também um espaço de agência política.

Uma nota polémica que queremos acrescentar nesta breve recensão – os autores são generosos nos seus exemplos da centralidade das diferenças em particular no que concerne a questões étnicas e/ou «raciais». Mas, no que se relaciona com as diferenças de género, aí os exemplos são tão laterais e quase inexistentes, como se os autores quisessem dizer que são pouco relevantes ou significativas, dando assim uma menor atenção científica e de solidariedade a uma parte substantiva da humanidade que, através de grupos de mulheres, tem criticado, desafiado e reclamado o fim do sofrimento, opressão, desigualdade, pelo reconhecimento das diferenças.

Laura Fonseca e Helena C. Araújo